ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS REFUGIADOS, MIGRANTES E APÁTRIDAS DO PARANÁ CERMA/PR

24/09/2026

No dia vinte e quatro do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, às 14h30, em formato Híbrido, na Sala de Situação Hauer, Rua Frederico Maurer, 617 – Hauer, Curitiba – PR 81630-020, através de videoconferência, com acesso pelo link encaminhado na convocatória, deu-se início à Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas (CERMA/PR). Fizeram-se presentes, conforme convocação os (as) seguintes **Conselheiros (as) Governamentais: Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJU):** Titular: Gilberto Antonio de Souza Filho; **Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda (SETR):** Titular: Matheus José Gonçalez da Silva; **Secretaria de Estado de Saúde (SESA):** Titular Lucimar Pasini Godoy; **Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI)**: Suplente: Ruth Duarte Menezes Correria; **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF):** Titular Jociane Juliana Lino e Silva**; Conselheiros da Sociedade Civil: Associação Feminny:** Titular: Christiane Pereira da Silva; **Instituto Espaço Nova Vida**: Titular: Sandra Mara Asolari Nanemann; **Instituto Brasileiro de Apoio Ético Raciais (IBASER**): Titular: Sergio Eduardo Menezes Silva; **Associação Para a Solidariedade dos Haitianos (ASHBRA)**: Tiular: Laurette Bernadin Louis; **Associação Batista Paranaense (ASBP)**: Titular: Silvana Constanski Santos Monteiro; **Associação Scalabrini a Serviço dos Migrantes (ASSM):** Titular: Sales Conceição de Melo Nogueira; **Cáritas Arquidiocesana de Londrina**: Suplente: Fabrícia Lais Pigaiani; **Associação Embaixada Solidária**: Suplente: Edna Nunes da Silva. **Participaram como convidados**: Debora Davies; Caio (ACNUR); Maria Beatriz (ACNUR), Stheffanne (MPPR). **Justificativas de Ausência**: Francieli Jacomel, Vaneska Calixto da Costa, Neide Maria de Goes Marchini. **1. Abertura :** A princípio, Bianca Camargo (Assistente Administrativo - UTSC/SEJU) saudou todos (as) e deu início à chamada nominal para registro em Ata. Logo após deu-se início à Reunião ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas (CERMA/PR). **2. Aprovação de Pauta:** Após a conferência do quórum, o

Presidente Sergio (IBASER) apresentou a proposta de pauta para o dia. Aberto o espaço para inclusões de pauta pelos conselheiros, o Presidente Sergio solicitou a inserção de dois novos itens: Discussão sobre a Resolução nº 235, de 14 de maio de 2026, do Conselho Nacional de Assistência Social, referente aos recursos destinados aos municípios para acolhimento de pessoas vulneráveis ou em situação de rua; Reserva de tempo de 20 minutos para conversa e interação com os representantes do ACNUR (ACNUR Nacional, Maria do escritório de São Paulo e Caio). Consultados os membros presentes quanto a objeções à pauta apresentada com as devidas inclusões, não houve manifestações em contrário. A pauta do dia foi declarada aprovada por unanimidade. **3. Aprovação da Ata:** Presidente Sergio (IBASER) solicitou um esclarecimento à Bianca (Assistente Administrativo/UTSC), lembrando que a ata da reunião anterior foi enviada por e-mail. Orientou que, havendo qualquer problema referente ao não recebimento do documento, os conselheiros comuniquem a Mesa Diretora e a Secretaria Executiva. Em seguida, o Presidente abriu a palavra para que os presentes apresentassem eventuais contribuições de alteração ou ajustes ao texto da ata anterior, ressaltando que aquele era o momento oportuno e que, não havendo manifestações, o documento seria considerado aprovado. Colocada a ata em votação, consultaram-se os conselheiros sobre discordâncias. Não havendo manifestações em contrário, a ata da reunião anterior foi declarada aprovada. **4. Informes Gerais:** Presidente Sergio (IBASER) deu início ao bloco de informes gerais, abrindo espaço para inscrições dos conselheiros e colaboradores que desejassem se manifestar e apresentar suas comunicações. Diante da ausência de manifestações do plenário naquele momento, o Presidente passou a palavra à Bianca (UTSC) para que procedesse com a apresentação de dois informes provenientes da Unidade Técnica. Bianca (UTSC) informou que, referente ao envio da carta de compromisso aos candidatos a governadores, a única devolutiva registrada foi referente ao e-mail enviado ao senador Sérgio Moro, o qual excluiu a mensagem sem realizar a leitura, impossibilitando a apresentação. Relatou o recebimento de protocolo enviado pelo Instituto Compliance Afro-Indígena Socioassistencial, assinado pelo presidente Alexandre César, solicitando inclusão de pauta para a formalização e regulamentação de diplomas de ensino superior no Estado do Paraná. A representante realizou a leitura na íntegra do documento dirigido ao Conselho: O

Instituto solicita urgência na formalização e regulamentação de diplomas de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado de migrantes junto às Instituições de Ensino Superior (IES) e à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), mediante resolução emitida pelo CERMA. A medida visa promover a equidade alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 10 e 18) do Pacto Global da ONU 2030. Destacou-se que a ausência de reconhecimento dos diplomas gera prejuízos laborais, discriminação no mercado de trabalho e preconceito contra migrantes, especialmente latino-americanos, além de perpetuar o racismo estrutural. Solicita a elaboração de uma resolução em plenário adotando política pública para o reconhecimento das titulações pelas universidades estaduais, bem como a concessão de espaço na plenária do Conselho para apresentação de casos ocorridos com imigrantes no Estado do Paraná. Presidente Sergio (IBASER) agradeceu à Bianca (UTSC) pela apresentação dos informes da Unidade Técnica e sugeriu que a elaboração da resposta ao ofício lido fosse incluída como ponto de pauta na próxima reunião do Conselho. Na sequência, consultou o plenário sobre a existência de novos informes por parte dos demais conselheiros e colaboradores. Diante do silêncio e da concordância de todos, o Presidente encerrou o bloco de informes gerais e declarou o prosseguimento da ordem do dia conforme a pauta aprovada. **5. Aprovação do Plano de Trabalho elaborado pelo IPARDES para a consrução do III Plano Estadual de Políticas para Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná:** Presidente Sergio (IBASER) introduziu o próximo ponto da ordem do dia, referente à aprovação do Plano de Trabalho elaborado pelo IPARDES para a construção do III Plano Estadual de Políticas para Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná. Destacou que o referido documento foi disponibilizado no grupo de comunicação dos conselheiros. Antes de iniciar os debates, consultou o plenário se algum conselheiro não havia tido acesso ao texto ou se haveria a necessidade de realizar a leitura na íntegra, a fim de verificar se o grupo já estava apto a iniciar as discussões com base no material compartilhado. Solicitou que os conselheiros sem conhecimento prévio do documento se manifestassem. O Conselheiro Gilberto (CEIM) manifestou-se acerca da metodologia de análise do Plano de Trabalho, sugerindo que, em vez de passar direto para a votação, a plenária faça, no mínimo, a leitura de cada tópico para detalhar o conteúdo em discussão. Destacou que a apreciação do documento não

deve ser tratada como uma simples aprovação formal, mas sim como um processo abrangente de debate. Para tanto, propôs que sejam apresentados os conceitos fundamentais do que constitui um plano e as respectivas responsabilidades atribuídas ao Conselho, ao Estado e à sociedade civil (governamental e não governamental). Alinhado à sugestão prévia da Conselheira Laurette (ASHBRA), defendeu a realização de uma leitura dinâmica focada nos pontos principais do documento. O Presidente Sergio (IBASER) acolheu a proposta apresentada pelo Conselheiro Gilberto e definiu a metodologia para a deliberação do documento. Determinou que a análise do Plano de Trabalho seja feita mediante leitura na íntegra, realizada ponto a ponto, acompanhada de discussões imediatas após cada trecho. O Presidente ressaltou a relevância estratégica do documento, destacando que sua aprovação definirá as diretrizes do manual de trabalho para todas as entidades e agentes envolvidos na execução da política migratória estadual. Em seguida, solicitou à Bianca (UTSC) que projetasse o documento para visualização de todos e iniciasse a leitura dos tópicos, prevendo pausas a cada ponto para que os conselheiros possam apresentar contribuições, intervenções e sugestões de alteração no texto. Bianca (UTSC) apresentou o novo Plano Estadual de Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná, voltado a superar as barreiras de acesso às políticas públicas universais enfrentadas por essa população no estado. Ressaltou que, a despeito do arcabouço de políticas públicas universais existentes no país, a população migrante ainda enfrenta barreiras específicas de acesso a direitos fundamentais. Diante disso, a formulação do novo Plano pautar-se-á na realidade social e territorial concreta do Estado do Paraná, com vistas à garantia e adequação das ações governamentais. Detalhou a arquitetura do Plano, informando que o documento será constituído por 4 (quatro) produtos fundamentais: Plano de Trabalho: Metodologia e detalhamento das etapas operacionais; Diagnóstico**:** Levantamento de dados socioeconômicos e territoriais, além da avaliação do plano anterior; Plano de Ações e Metas: Definição das metas e ações sob responsabilidade das secretarias estaduais; Relatório de Atividades: Registro das reuniões e escutas promovidas para a elaboração do plano. Explicou que o Produto 1 (Plano de Trabalho) é dividido em cinco seções principais além da introdução: Contextualização e Governança: Panorama atual da população migrante no Paraná e mapeamento dos órgãos envolvidos na construção do plano; Metodologia:

Descrição dos métodos de trabalho adotados; Detalhamento dos Produtos: Descrição pormenorizada dos produtos integrantes; Cronograma Executivo: Prazos de execução, etapas e fluxo de entrega dos produtos. Presidente Sergio (IBASER) interveio para reforçar a importância da leitura da introdução aos demais conselheiros, destacando a necessidade de verificar como o documento mapeia e nomeia as instituições e órgãos estaduais envolvidos na execução da política pública. Pediu o retorno rápido do texto explicativo para frisar esse ponto e solicitou à conselheira Bianca que desse continuidade à leitura do documento para verificação dos entes citados. Bianca (UTSC) deu continuidade à leitura formal dos tópicos subsequentes da minuta, contextualizando o fenômeno migratório no Brasil desde os primeiros fluxos do século XV, destacando a necessidade de estudos continuamente atualizados para fundamentar as políticas estaduais para migrantes, refugiados e apátridas. Apresentou dados do relatório do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), informando que, somente no ano de 2025, o Paraná registrou a chegada de 25.626 pessoas migrantes. Destacou a maior concentração do contingente populacional em municípios de médio e grande porte, com liderança dos seguintes municípios: Curitiba**:** 6.341 migrantes; Cascavel**:** 2.582 migrantes; Foz do Iguaçu: 2.435 migrantes; São José dos Pinhais: 1.248 migrantes. Apontou que, embora haja concentração em grandes centros, os dados mostram dispersão de pessoas migrantes por todas as regiões do Estado, fundamentando a necessidade de descentralizar as ações para além da capital. Destacou o equilíbrio na distribuição por sexo registrada pelo Ipardes, com 51,1% do sexo masculino e 48,9% do sexo feminino. Detalhou o perfil por país de origem no Paraná, liderado por: Venezuelanos: 14.724 pessoas; Haitianos: 2.848 pessoas; Paraguaios: 2.085 pessoas. Destacou que os dados de 2025 confirmam a permanência da tendência dos anos anteriores no Paraná, mantendo a população venezuelana como o maior contingente, seguida pela população haitiana. Justificou a escolha do IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) pela Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SEJU) e pelo CERMA/PR para apoiar tecnicamente a confecção do III Plano Estadual de Migrantes, Refugiados e Apátridas. O instituto será responsável pela definição metodológica, elaboração do diagnóstico socioeconômico e qualificação das diretrizes estratégicas. Registrou que a autarquia, vinculada à Secretaria de Estado do

Planejamento e fundada em 1973, possui expertise reconhecida na elaboração de análises socioeconômicas e na organização de estatísticas públicas essenciais para a formulação de políticas governamentais. Reafirmou que a autarquia subsidia de forma contínua a formulação, execução, acompanhamento e avaliação de políticas públicas no Paraná. Destacou que o Paraná se posiciona na vanguarda nacional ao ser o primeiro estado do Brasil a construir o seu III Plano Estadual voltado especificamente às populações de migrantes, refugiados e apátridas (MRA). Evidenciou o protagonismo do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas (CERMA/PR), instituído pela Lei Estadual nº 18.465, de 24 de abril de 2015, e vinculado à estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SEJU). Lembrou que o conselho possui caráter consultivo e deliberativo, com composição estritamente paritária entre representantes do poder público estadual e entidades da sociedade civil organizada. Destacou que a finalidade precípua do órgão colegiado é viabilizar, auxiliar e fiscalizar a formulação e execução de políticas públicas voltadas aos direitos da população MRA em todas as instâncias da administração pública estadual, visando assegurar a proteção e promoção integral de seus direitos. Explicou que o planejamento de políticas públicas deve fundamentar-se em três pilares interligados: Definição dos princípios e valores da sociedade desejada; Compreensão rigorosa do contexto real mediante dados empíricos e análise científica; Integração coerente entre o conhecimento teórico-científico e as diretrizes principiológicas. Ressaltou que o modelo de gestão pública não deve apoiar-se exclusivamente na técnica especializada, sendo a participação social essencial para alinhar as ações governamentais às demandas reais da população. O processo orienta-se pela ponte entre o diagnóstico do cenário atual e as metas pactuadas, buscando maximizar a eficiência, eficácia e efetividade das políticas estaduais. Apontou que a metodologia combinará dados secundários (universitários e oficiais) com dados primários obtidos via entrevistas e questionários junto a atores sociais estratégicos. Adicionalmente, aplicará a ferramenta do Modelo Lógico para estruturar a participação das partes interessadas e subsidiar o Plano de Ações e Metas. Ressaltou que o sucesso na execução do plano exige a colaboração direta e o engajamento de todos os órgãos públicos envolvidos. Destacou três obrigações centrais da Secretaria e do Conselho no fluxo de trabalho: Acesso Documental: Disponibilização de acervos, relatórios e documentos históricos

produzidos pela SEJU e pelo CERMA pertinentes à pauta MRA; Articulação e Facilitação: Atuação ativa como facilitadores do contato e da interlocução com as demais secretarias e autarquias estaduais integrantes; Mapeamento de Pontos Focais: Fornecimento da relação de contatos dos pontos focais técnicos de cada órgão para interlocução direta com as equipes do IPARDES. Destacou a necessidade de a SEJU e o CERMA viabilizarem espaços físicos, infraestrutura e suporte técnico de pessoal para a realização das reuniões e oficinas participativas do Modelo Lógico. Enfatizou como imprescindível a colaboração técnica do Observatório Regional de Governança Migratória, especialmente no suporte à elaboração e consolidação do Diagnóstico do Plano. Produto 1: Plano de Trabalho: Finalidade: Delinear a trajetória geral do projeto, especificando as instituições parceiras, a metodologia, as atribuições operacionais, as etapas e o cronograma de execução; Etapas Constitutivas: Elaboração do texto base e realização de reunião de validação técnica do Plano de Trabalho junto à SEJU e ao CERMA/PR. Produto 2: Diagnóstico Socioeconômico e Avaliativo: Finalidade: Mapear rigorosamente a realidade social para embasar intervenções públicas efetivas, eficazes e eficientes. Etapas Constitutivas: Avaliação do II Plano Estadual: Análise histórica sobre a execução do plano anterior, com averiguação do cumprimento de indicadores e mapeamento de gargalos/impedimentos; Levantamento de Dados Secundários: Análise quantitativa do perfil MRA a partir de bases como SisMigra, RAIS e outras fontes oficiais disponíveis; Mapeamento Normativo e Entrevistas: Levantamento do arcabouço legislativo/políticas vigentes e aplicação de entrevistas/questionários com atores sociais estratégicos; Análise e incorporação das propostas derivadas da II Conferência Estadual de Migrantes, Refugiados e Apátridas; Reunião de validação do Diagnóstico perante o plenário do CERMA/PR e equipes técnicas estaduais. Stheffanne (MPPR) sugeriu a inclusão de um instrumento de consulta questionário ou levantamento qualitativo, direcionado às secretarias estaduais de governo, visando mapear ações, programas e, precipuamente, a alocação de recursos orçamentários. Enfatizou a importância de levantar as dotações orçamentárias tanto em programas voltados especificamente à pauta migratória quanto em iniciativas gerais de direitos humanos que possam incorporar o recorte da mobilidade humana. Exemplificou com a área da Educação, destacando a necessidade de avaliar dados sobre matrículas, mapear eventuais barreiras de acesso e diagnosticar situações de

discriminação, xenofobia ou racismo institucional, visando aperfeiçoar o olhar transversal das políticas públicas estaduais. Ressaltou a ocorrência recorrente de subnotificação nos dados quantitativos oficiais (como SisMigra e RAIS). Recomendou a articulação direta com a SUDIS/Casa Civil, representada na reunião por Roberta, visto o trabalho de campo realizado em ocupações urbanas e rurais no Estado. Mencionou relato da diretoria da SUDIS apontando a presença constante de famílias de migrantes e refugiados nas ocupações monitoradas, destacando a relevância dessa fonte empírica para mapear vulnerabilidades habitacionais e capturar o contingente invisibilizado pelos registros formais. Propôs uma análise comparativa dos instrumentos de planejamento e orçamento do Estado do Paraná em paralelo ao histórico do II Plano Estadual, verificando se houve evolução e rubricas específicas destinadas à política migratória. Presidente Sergio (IBASER) agradeceu as contribuições apresentadas pela conselheira Stheffanne e abriu a palavra aos demais conselheiros para manifestações ou adesão às propostas de inclusão do levantamento orçamentário e articulação com a SUDIS. Conselheira Christiane (Feminny) manifestou concordância com as pontuações trazidas pela conselheira Stheffanne, reforçando que a articulação interinstitucional e a formalização de parcerias já vinham sendo pautadas no colegiado. Destacou a importância de integrar mapeamentos nas regiões de maior vulnerabilidade social da Capital, citando como exemplos territórios como Parolin, Cidade Industrial de Curitiba (CIC), Tatuquara e Caximba, visando validar e dar visibilidade às ações territoriais já desenvolvidas junto às comunidades de migrantes. Colocou-se à disposição para articular parcerias com diferentes atores da sociedade civil e órgãos públicos, demonstrando interesse em aproximar as ações com os dados e mapeamentos da SUDIS trazidos à discussão. Stheffanne (MPPR) informou que, a partir de debates no Atlas da Migração referente a supostas barreiras de acesso de migrantes à Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida, encaminhou ofícios de esclarecimento à Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) e à Companhia de Habitação de Curitiba (COHAB). Relatou que a COHAPAR enviou resposta oficial minuciosa informando não haver qualquer restrição formal ao cadastramento de pessoas migrantes nos programas habitacionais estaduais e fornecendo o levantamento quantitativo das pessoas cadastradas na fila de espera. Colocou cópia desse material à disposição do CERMA/PR. Esclareceu a atuação da

Superintendência de Diálogo e Interação Social (SUDIS/Casa Civil) no âmbito de comissões de mediação de conflitos fundiários em parceria com o Tribunal de Justiça, Defensoria Pública e Ministério Público. Destacou que as vistorias técnicas abarcam a totalidade das ocupações sob processos judiciais de reintegração de posse ou despejo. Informou que, embora não tenham sido registrados migrantes em ocupações rurais, a presença de famílias de migrantes e refugiados é marcante e constante em ocupações urbanas de Curitiba e Região Metropolitana. Sugeriu que esses dados empíricos e cadastros da SUDIS sejam incorporados ao Diagnóstico do III Plano Estadual como fonte prioritária para dimensionar e responder aos crescentes desafios da vulnerabilidade habitacional e do direito à moradia. Presidente Sergio (IBASER) submeteu à votação do plenário a proposta formulada conjuntamente pelas conselheiras Stheffanne (MPPR) e Christiane (Feminny), para inclusão de dois eixos prioritários no Produto 2 (Diagnóstico) do III Plano Estadual: O levantamento e análise orçamentária executiva direcionados a programas de direitos humanos e migração; A incorporação dos dados e relatórios de moradia e ocupações urbanas em parceria com a SUDIS, COHAB e COHAPAR. Submetida a matéria, não houve manifestação em contrário, sendo a proposta aprovada por unanimidade pelos membros do CERMA/PR. Bianca (UTSC) consiste na etapa de definição dos princípios, diretrizes, objetivos, ações e metas do III Plano Estadual, servindo como documento orientador para técnicos e gestores públicos na implementação das políticas públicas de atendimento às demandas da população MRA mapeadas no Diagnóstico; Construção do Modelo Lógico (ML): Oficina participativa com executores e gestores setoriais articulada a partir dos eixos temáticos oriundos da II Conferência Estadual (COMIGRAR): Educação; Família e Desenvolvimento Social; Saúde; Justiça, Trabalho e Direitos Humanos; Segurança Pública; Comunicação Social e Cultura. Cada eixo do Plano de Ação conterá o detalhamento executivo composto por: Princípios, Objetivos e Diretrizes: Alinhadores estratégicos gerais; Ações e Atividades Relacionadas: Procedimentos operacionais de execução; Responsáveis Institucionais: Definição dos órgãos governamentais e pontos focais; Recursos e Fontes de Financiamento: Previsão e sustentabilidade orçamentária; Metas e Indicadores de Desempenho: Instrumentos de mensuração, controle e avaliação contínua. Etapas Finais: Estabelecimento do cronograma de execução, reunião de validação junto ao CERMA/PR e às equipes

técnicas, e a publicação oficial do III Plano Estadual. Apresentou as diretrizes para a etapa de acompanhamento do cronograma. Estabeleceu que a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SEJU) e o CERMA/PR terão o prazo de até 10 (dez) dias após cada entrega realizada pelo IPARDES para analisar os produtos, retornar com aprovação formal ou apresentar pedidos de ajuste, questionamentos e sugestões técnicos. Conselheira Lucimar (SESA) indagou ao plenário sobre o marco inicial de contagem das entregas e prazos do cronograma, questionando se a contagem se iniciará formalmente a partir do momento de homologação do plano de ação e qual será o prazo final global de execução previsto. Presidente Sergio (IBASER) esclareceu que a previsão inicial de aprovação era para o mês de maio, mas o cronograma sofreu atrasos no âmbito do conselho. Conselheira Lucimar (SESA) questionou se a deliberação e votação de aprovação do Plano de Trabalho pelo Plenário está pautada para a presente reunião. Expressou preocupação com a execução do cronograma diante do calendário eleitoral, ressaltando que servidores e órgãos da administração pública estão sujeitos a regramentos e condutas vedações legais específicas durante esse período. Solicitou confirmação de que a aprovação do Plano de Trabalho ocorrerá na presente reunião e se este marco representará o dia zero para o início formal da contagem dos prazos operacionais, buscando situar o planejamento da SESA e das demais secretarias estaduais. Aline (Coordenadora/UTSC) confirmou que o cronograma do Plano de Trabalho encontra-se defasado em relação às datas originais. Alertou que, segundo informação repassada pelo próprio IPARDES na manhã daquele dia, caso o plano retorne para revisão de prazos, haverá atraso considerável na análise, pois a instituição já está com outros projetos prioritários na fila de atendimento. Conselheiro Gilberto (CEIM) enfatizou que a apresentação em pauta não se refere à aprovação do III Plano Estadual em si, mas tão somente à metodologia do Plano de Trabalho desenvolvida para sua posterior elaboração. Esclareceu que a atuação do IPARDES consiste no fornecimento de apoio estratégico e operacional para estruturar e conduzir a construção do plano. Reforçou que o documento lido traz a proposta do instituto quanto ao modelo metodológico para realização dos trabalhos, visando tranquilizar o plenário sobre o objeto da deliberação. Presidente Sergio (IBASER) relembrou a aprovação prévia das duas inclusões propostas pelas conselheiras Stheffanne e Christiane. Colocou em votação a aprovação global do Plano de Trabalho para

Elaboração do III Plano Estadual de Políticas Públicas voltadas para Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná, integrando as emendas do plenário para devolução/encaminhamento ao IPARDES. Efetuada a votação, não houve nenhuma manifestação em contrário, declarando-se o Plano de Trabalho oficialmente aprovado por unanimidade. Presidente Sergio (IBASER) transmitiu ao plenário uma questão de ordem formal solicitada pela conselheira Christiane (Feminny) referente ao ponto 5 da ordem do dia. A conselheira pediu que os documentos, minutas e propostas de trabalho sejam encaminhados aos conselheiros com antecedência prévia sempre que possível. O objetivo da solicitação é permitir a leitura e análise prévia do material pelos membros do conselho, visando qualificar e enriquecer as discussões e deliberações em plenário. **6. Capacitação de Conselheiros – dia 29/10/2026, 16h00 às 18h00:** Presidente Sergio (IBASER) deu início ao ponto seguinte da ordem do dia, dedicado à capacitação e formação continuada dos membros do conselho. Solicitou à Secretária Executiva que apresentasse um breve relato sobre o panorama e o andamento das ações de capacitação, informando que retomará a palavra na sequência para complementações sobre o tema. Aline (Coordenadora/UTSC) explicou que o curso é focado no letramento institucional dos conselheiros, especialmente aqueles em primeiro mandato, abordando o funcionamento das sessões plenárias ordinárias e extraordinárias, regras de regimento, prazos e tempo de fala, trâmites de inclusão/exclusão de pautas e a natureza jurídica/institucional do CERMA/PR. Atendendo à solicitação da plenária anterior para realização em data posterior à reunião ordinária, sugeriu a data de 29 de outubro (29/10), das 16h às 18h. Informou que a capacitação será conduzida pelo Dr. Walter Tierling Neto, representante da Comissão de Conselhos e Comitês da OAB e ex-conselheiro do COPED, destacando sua experiência técnica no tema. Presidente Sergio (IBASER) ressaltou a relevância de todos os conselheiros e suplentes participarem do treinamento, destacando que, mesmo para membros com vivência prévia em outros conselhos, a pauta migratória possui especificidades locais e normativas próprias do estado do Paraná. Fez um apelo direto aos titulares, suplentes e instituições representadas para que se engajem de maneira comprometida na capacitação de duas horas, sublinhando que o fortalecimento técnico do colegiado qualificará os trabalhos do CERMA/PR. Submeteu a proposta à votação do plenário. Sem manifestações contrárias, foi aprovada por unanimidade a

realização da capacitação no dia 29 de outubro, das 16h às 18h. **7. Resposta aos e-mails e ofícios das entidades de fora do CERMA sobre as vagas da PF:** Presidente Sergio (IBASER) elembrou os encaminhamentos aprovados na reunião extraordinária recente quanto às regras de operacionalização da Operação Novo Horizonte, acordo para concessão de vagas e agendamentos junto à Polícia Federal. Ratificou a decisão plenária de que o benefício das vagas fruto da parceria é exclusivo para as entidades integrantes e representadas no CERMA/PR, não podendo ser estendido diretamente a organizações externas ao conselho. Solicitou autorização do plenário para que a Secretaria Executiva responda formalmente aos e-mails e ofícios recebidos de entidades externas comunicando esta diretriz aprovada. Orientando que, em casos de urgência, essas entidades externas sejam orientadas a buscar suporte junto às organizações parceiras credenciadas e estruturadas no âmbito do conselho para o atendimento das demandas da população migrante. Caio (ACNUR) solicitou o detalhamento dos encaminhamentos e decisões tomadas na reunião extraordinária mencionada. Indagou se, além do alinhamento quanto à restrição de acesso direto às vagas da Polícia Federal por entidades externas ao CERMA/PR, foram encaminhadas outras deliberações, diretrizes operacionais ou diligências pelo colegiado. Presidente Sergio (IBASER) Explicou que a reunião extraordinária definiu critérios para garantir a idoneidade, gratuidade do serviço e a qualidade dos atendimentos no âmbito do acordo restrito a Curitiba e Região Metropolitana: Visita técnica às entidades credenciadas para verificação de infraestrutura; Treinamento para o preenchimento correto dos formulários oficiais; Centralização dos pedidos e gestão de fluxo na Secretaria Executiva do CERMA/PR; Proibição estrita de repasse ou repasse informal de vagas entre entidades. Renovação Documental (70 vagas/semana)**:** CEIM (31 vagas), CEAMIG (20 vagas) e ASHBRA (19 vagas). Solicitação de Refúgio (10 vagas/semana): CEIM (5 vagas), CEAMIG (3 vagas) e ASHBRA (2 vagas). As cotas e critérios serão reavaliados bimestralmente para ajustes de demanda entre as entidades e para restabelecer a organização e a interlocução institucional com a Polícia Federal, visando, após a consolidação desse fluxo, pleitear a ampliação do número total de vagas. Conselheira Laurette (ASHBRA) apontou divergências entre as orientações repassadas e a conduta prática no posto da Polícia Federal durante os atendimentos da Operação Novo Horizonte, relatando casos em que migrantes

foram recusados por exigências de documentos não informadas previamente. Relatou confusão quanto ao público-alvo, destacando que a diretriz oficial da operação previa o atendimento a diversas nacionalidades, mas na prática há restrições ou recusas específicas direcionadas a migrantes haitianos. Sugeriu o agendamento de uma reunião presencial de alinhamento com a equipe responsável na Polícia Federal para sanar os ruídos de comunicação, definir os documentos exigidos e padronizar o fluxo de atendimento a partir de outubro. Presidente Sergio (IBASER) registrou o informe trazido previamente pelo conselheiro Gilberto (CEIM) quanto a um documento em tramitação que pode gerar entendimento jurisprudencial favorável ao restabelecimento do fluxo regular de atendimento a migrantes de nacionalidade haitiana. Orientou que as entidades detentoras das cotas de vagas, CEIM, CEAMIG e ASHBRA, articulem-se imediatamente com a Secretaria Executiva após a plenária. Sublinhou que a Secretaria Executiva detém o canal direto de comunicação institucional com a Polícia Federal para dirimir dúvidas operacionais de forma célere, alinhar a documentação exigida e solucionar os ruídos no atendimento presencial trazidos pela conselheira Laurette. O que aconteceu foi que a resposta que eu tive da Delegacia é que eles não estão mais recebendo pedidos de agendamento pelo e-mail. Aquele refúgio, ou mesmo da Delegacia da DLMIG, não estão mais aceitando pedidos por aquele e-mail. Somente o agendamento pelo site da Polícia Federal. Stheffanne (MPPR) compartilhou informe oficial decorrente de articulação direta com a Delegacia da Polícia Federal em Curitiba a respeito das instabilidades nos sistemas de agendamento. Comunicou que a Polícia Federal encerrou definitivamente o recebimento e o processamento de solicitações formais de agendamento via e-mail. Informou que o sistema de agendamento on-line oficial no site da PF foi reestabelecido e está plenamente operacional para serviços de documentação e renovação de registro. Contudo, alertou que os horários disponíveis já estão com fila de espera projetada para o mês de dezembro. Presidente Sergio (IBASER) registrou o agradecimento pela contribuição da conselheira Stheffanne e confirmou com o conselheiro Caio a plena elucidação das dúvidas sobre os encaminhamentos da reunião extraordinária. Efetuada a votação, o plenário aprovou por unanimidade o envio de respostas formais, comunicando a diretriz de restrição do benefício de vagas da Operação Novo Horizonte às entidades integrantes do CERMA/PR. Registrou o encerramento da votação do item

anterior e concedeu a palavra aos convidados/conselheiros Maria e Caio (ACNUR). Destacou que a dupla traria uma contribuição relevante aos trabalhos do conselho, franqueando o espaço do plenário para a apresentação e para uma breve sessão de interação e debates com os conselheiros presentes. Caio (ACNUR) saudou a plenária e destacou a importância do momento institucional vivido no Paraná e em Curitiba referente à elaboração do III Plano Estadual e à estruturação do futuro Conselho Municipal de Migrantes. Referenciou a publicação compartilhada previamente pelo conselheiro Gilberto (CEIM) sobre metodologias participativas e experiências bem-sucedidas na construção de planos de políticas migratórias em outros municípios e estados. Colocou-se à disposição do CERMA/PR, das organizações da sociedade civil e do Governo do Estado para apresentar essas metodologias e aprendizados práticos em reuniões futuras do colegiado, visando somar esforços na qualificação do Plano Estadual e nos processos formativos do conselho. Maria Beatriz (ACNUR) cumprimentou o plenário e parabenizou o CERMA/PR pela iniciativa e compromisso com a elaboração do III Plano Estadual. Enfatizou que o desenho metodológico deve definir claramente: O material-base de escuta e consulta popular (diagnósticos, conferências livres ou estaduais); A triagem e aglutinação de propostas, separando o que é de competência do Estado em eixos como saúde, educação, habitação, direitos humanos, combate à xenofobia, cultura e lazer; A definição de metas, indicadores claros e responsáveis institucionais. Experiências e Boas Práticas Apresentadas: Juiz de Fora (MG) e Cidade de São Paulo: Planos estruturados a partir das diretrizes de Conferências Municipais. Em São Paulo, destacou a criação de editais de fomento à cultura e ao esporte específicos para populações migrantes e de diferentes nacionalidades. Estado de Minas Gerais: Processo participativo com conferências livres presenciais e on-line ao longo do estado. Destacou a importância estratégica da capilaridade e capacidade de mobilização das instituições de ensino superior, em especial as integrantes da Cátedra Sérgio Vieira de Melo. Colocou a equipe do ACNUR à disposição para compartilhar os relatórios e os detalhes dessas experiências estaduais e municipais com o CERMA/PR e com o IPARDES, auxiliando no aprimoramento da proposta metodológica quando esta for detalhada. Caio (ACNUR) agradeceu o espaço concedido pelo plenário e justificou a necessidade de ausentar-se antecipadamente da sessão por compromissos de agenda. Disponibilizou seus

contatos diretos aos conselheiros e à Secretaria Executiva para dar continuidade ao diálogo e esclarecer dúvidas sobre a cooperação técnica. Conselheira Christiane (Feminny) expressou agradecimento pelas contribuições trazidas pelos representantes e destacou a necessidade de agendar um momento dedicado exclusivamente ao diálogo e troca de informações técnicas. Informou que foram formuladas perguntas relevantes sobre o processo metodológico e a colaboração institucional, ressaltando a importância do retorno e suporte oferecidos para embasar a atuação do conselho. **8. Relato das Comissões: Comissão de Denúncias e Garantias de Direitos:** Presidente Sergio (IBASER) introduziu o ponto referente ao funcionamento e à reativação das comissões temáticas do CERMA/PR, mencionando que haveria um relato específico da Comissão de Denúncias e Garantia de Direitos. Enfatizou a urgência em reativar plenamente as comissões e cobrir as vacâncias existentes, causadas, inclusive, pelo desligamento/ausência da Irmandade Sem Fronteiras. Destacou a necessidade imediata de indicação de um(a) relator(a) para a Comissão de Denúncias e Garantia de Direitos, franqueando a palavra ao plenário para que os conselheiros interessados se manifestassem. Conselheira Christiane (Feminny) manifestou-se prontamente para suprir a vacância na Comissão de Denúncias e Garantia de Direitos, colocando-se à disposição do colegiado para compor o grupo e contribuir ativamente com os trabalhos e relatos da comissão. Presidente Sergio (IBASER) Confirmou a indicação da conselheira Christiane (Feminny) para assumir a relatoria da Comissão de Denúncias e Garantia de Direitos. Esclareceu que as reuniões das comissões temáticas ocorrem no mesmo dia das sessões ordinárias do conselho, antecedendo-as com duração aproximada de 1 hora, de modo que os relatórios, análises e propostas elaborados sejam imediatamente apresentados para deliberação do plenário. Determinou a reativação formal dos trabalhos das comissões a partir da próxima reunião, agendada para o dia 29 de outubro, orientando os conselheiros a acompanharem os links, horários e convocações divulgados no grupo de comunicação oficial do CERMA/PR. Conselheiro Gilberto (CEIM) solicitou que fossem detalhados as atribuições, o objetivo regimental e a metodologia de trabalho da Comissão de Denúncias e Garantia de Direitos para orientação dos conselheiros e alinhamento do colegiado. Presidente Sergio (IBASER) explicou que as comissões temáticas do CERMA/PR estão amparadas no Artigo 30 do Regimento Interno do

conselho. Detalhou que a função do grupo é acolher, analisar e instruir denúncias de violações de direitos de migrantes e refugiados que chegam ao CERMA/PR, formulando pareceres e propostas de encaminhamento para apreciação e deliberação do plenário. Listou as 4 comissões temáticas mantidas pelo conselho: Comissão de Denúncias e Garantia de Direitos; Comissão de Monitoramento de Políticas Públicas; Comissão de Comunicação; Comissão de Gestão da Informação. Conselheiro Gilberto (CEIM) solicitou a nominativa atualizada dos integrantes e das organizações que compõem cada uma das quatro comissões temáticas do CERMA/PR. Aline (Coordenadora/UTSC) esclareceu que a Comissão de Gestão da Informação é composta pelas conselheiras Laurette, Lenir, Vaneska e pela Secretaria Executiva; Comissão de Denúncias e Garantia de Direitos: Composta por Laurette, Igor, Rockmillys, Rosane, Lenir, Luiz, Eduardo, CEIM (Conselheiro Gilberto), CEAMIG (Padre Salles) e pela conselheira Christiane (Feminny) assumindo a relatoria na vaga da conselheira Aieda. Contava com o apoio do Ministério Público (MPPR) e da OIM como colaboradores. Comissão de Monitoramento de Políticas Públicas**:** Composta por Laurette, Rockmillys, Sergio Eduardo, Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP), Louise e Lenir, além do MPPR e da OIM como colaboradores. Comissão de Comunicação**:** Composta pela conselheira Christiane (Feminny), Igor, Neide, Sergio e pela Secretaria Executiva. Presidente Sergio (IBASER) esclareceu ao conselheiro Gilberto que as comissões temáticas funcionam sob demanda. Ou seja, na ausência de pautas, processos ou solicitações pendentes de análise, as reuniões do grupo não necessitam ocorrer previamente à sessão ordinária. Consultou o conselheiro Gilberto sobre eventuais considerações adicionais ou contribuições a respeito das comissões. Conselheiro Gilberto (CEIM) indagou se há um limite fixo de membros ou se a participação dos conselheiros nas comissões temáticas do CERMA/PR é livre e aberta a novos integrantes. Presidente Sergio (IBASER) ratificou que a adesão às comissões temáticas é totalmente livre para todos os conselheiros interessados. Ressaltou a importância de observar o alinhamento de horários, prevendo que reuniões de comissões distintas podem coincidir na mesma manhã antes do plenário ordinário. Contudo, registrou que até o momento não houve conflitos diretos dessa natureza. Aline (Coordenadora/UTSC) explicou que as comissões se reúnem mensalmente no mesmo dia das reuniões ordinárias do plenário, facilitando a conciliação de agendas

e o aproveitamento do tempo dos conselheiros. Exemplificou o fluxo da Comissão de Denúncias e Garantia de Direitos, que se reúne previamente (às 9h), avalia as denúncias recebidas e elabora pareceres técnicos contendo encaminhamentos objetivos. Esses pareceres são então submetidos à deliberação e aprovação direta do plenário na sequência, garantindo agilidade e celeridade nos julgamentos e encaminhamentos das pautas. Conselheiro Gilberto (CEIM) ratificou seu entendimento de que as comissões temáticas atuam na discussão e elaboração preliminar das propostas, cabendo ao plenário deliberar e aprovar formalmente as recomendações e pareceres finais. Aline (Coordenadora/UTSC) destacou que o plenário é a instância soberana de deliberação do CERMA/PR, cabendo a ele a palavra final sobre todas as resoluções e diretrizes do conselho. Conselheiro Gilberto (CEIM) demonstrou satisfação com as explicações apresentadas, destacando a relevância de sanar dúvidas conceituais e operacionais para orientar tanto os novos conselheiros quanto o colegiado em geral. Aline (Coordenadora/UTSC) esclareceu que, havendo denúncias registradas, a Secretaria Executiva encaminha previamente à relatora designada (conselheira Christiane) o relatório com o histórico dos casos e toda a documentação comprobatória correspondente. A Secretaria Executiva disponibiliza link de videoconferência para que a comissão se reúna no dia agendado, analise a documentação e debata o parecer a ser encaminhado ao plenário. Ressaltou o cuidado rigoroso com a proteção de dados sensíveis (LGPD) e o sigilo das informações do denunciante e envolvidos citando como exemplo situações de vulnerabilidade acrescida garantindo que o plenário receba o relatório preservando identidades e evitando exposições desnecessárias. Reafirmou que, no período em que não houver denúncias ou pautas pendentes, a comissão não realiza reuniões. Presidente Sergio (IBASER) confirmou o início das reuniões ordinárias das comissões temáticas para a próxima sessão, agendada para o dia 29 de outubro. Orientou todos os conselheiros que identificarem demandas referentes a denúncias ou ao monitoramento de políticas públicas a direcioná-las formalmente à Secretaria Executiva, garantindo a celeridade e o acompanhamento adequado dos fluxos do CERMA/PR. Aline (Coordenadora/UTSC) lembrou que as reuniões das comissões são abertas, ressaltando que conselheiros não membros do grupo podem acompanhar as sessões, ficando o direito de manifestação (voz) sujeito à deliberação da

relatoria/coordenação do grupo, enquanto o direito a voto restringe-se estritamente aos membros cadastrados. Propôs a confirmação formal do interesse de permanência, entrada ou saída dos membros em cada uma das comissões, visando manter as listas atualizadas para publicação no site da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SEJU). Destacou a necessidade de homologação pelo plenário da escolha da conselheira Christiane (Feminny) como nova relatora da Comissão de Denúncias e Garantia de Direitos. Conselheira Lucimar (SESA) sugeriu e solicitou à Secretaria Executiva a divulgação e socialização prévia da lista com o nome completo e instituição de todos os integrantes de cada comissão temática ativa. Stheffanne (MPPR) endossou a necessidade de reavaliar a composição, registrando que, embora a Comissão de Denúncias e Garantia de Direitos possua um expressivo número de entidades nominalmente cadastradas, a participação efetiva nas reuniões matutinas limitava-se frequentemente a apenas três ou quatro representantes. Sugeriu que a Secretaria Executiva contate os atuais membros cadastrados para notificá-los e verificar sua real disponibilidade e compromisso em participar ativamente dos trabalhos, evitando composições meramente figurativas e garantindo quórum nas reuniões do grupo. Presidente Sergio (IBASER) reforçou e acolheu as manifestações anteriores, destacando a necessidade de convocar ativamente os conselheiros para uma participação efetiva nas comissões temáticas. Ressaltou que o ambiente das comissões proporciona o tempo e o espaço necessários para aprofundar as discussões técnicas, permitindo construir pareceres bem embasados e encaminhamentos consolidados para otimizar as deliberações do plenário. Conselheiro Gilberto (CEIM) ratificou integralmente a colocação da conselheira Stheffanne quanto à necessidade de efetividade nas comissões. Argumentou que, aproveitando o momento de reorganização estrutural do CERMA/PR e o fato de os trabalhos das comissões estarem temporariamente paralisados, deve-se realizar uma ampla revisão de todas as comissões. Defendeu a abertura de um processo transparente no qual cada conselheiro declare voluntariamente em qual comissão deseja ingressar e apresente sua candidatura para a função de relator/coordenador. Propos que, após a coleta e consolidação de todas as indicações e candidaturas à relatoria, a composição integral das comissões seja submetida à apreciação e votação do plenário. Presidente Sergio (IBASER) considerou a proposta do conselheiro Gilberto positiva, porém manifestou

preocupação de que abrir um processo longo de reestruturação pudesse atrasar a retomada dos trabalhos e inviabilizar as reuniões agendadas para 29 de outubro. Sugeriu um procedimento intermediário: aprovar a diretriz de reestruturação imediatamente na sessão plenária e disponibilizar o formulário/consulta de adesão no grupo de comunicação dos conselheiros. Dessa forma, as inscrições seriam consolidadas com antecedência, assegurando que as comissões já se reúnam formadas na data prevista. Conselheiro Gilberto (CEIM) concordou com a alternativa proposta pelo conselheiro Sergio, sugerindo que a reestruturação seja operacionalizada diretamente pelo grupo de WhatsApp dos conselheiros. A Secretaria Executiva disponibilizará no grupo a relação das comissões temáticas ativas, os conselheiros indicarão voluntariamente as comissões que desejam integrar, bem como eventuais candidaturas às relatorias. Concluída a consolidação, realizar-se-á a deliberação e votação digital no próprio grupo (observada a paridade e a regra de um voto por instituição/entidade). Presidente Sergio (IBASER) acatou a metodologia proposta, estabelecendo que a escolha e organização das comissões ocorrerão previamente via grupo de comunicação, permitindo que os grupos se reunam no dia 29 de outubro, com posterior homologação formal em plenário. Abriu a palavra para manifestações do plenário antes de colocar em votação as propostas em pauta. Apresentou para votação a primeira proposta: a indicação da conselheira Christiane (Feminny) para assumir a relatoria da Comissão de Denúncias e Garantia de Direitos, em substituição à conselheira Rockmillys. Conselheira Christiane (Feminny) manifestou total concordância com a reestruturação das comissões temáticas, destacando que já havia tratado anteriormente sobre essa necessidade. Enfatizou a importância de definir composições mais enxutas e alinhadas ao compromisso real de presença, argumentando que ter um número excessivo de cadastrados (15 a 20 integrantes) sem participação efetiva compromete a funcionalidade e o início regular dos trabalhos. Stheffanne (MPPR) solicitou esclarecimento sobre a composição anterior da comissão, citando a participação da conselheira Aieda. Foi aclarado que as conselheiras Rockmillys e Aieda representavam a mesma instituição (Irmandade), atuando respectivamente como titular e suplente. Reafirmou-se que titular e suplente da mesma instituição podem integrar e acompanhar concomitantemente as atividades das comissões temáticas. Presidente Sergio (IBASER) colocou em votação formal a proposta encaminhada

pelo conselheiro Gilberto, determinando que a Secretaria Executiva disponibilize nos canais oficiais de comunicação a relação das comissões temáticas para a inscrição voluntária dos conselheiros e indicação de candidaturas às relatorias. A proposta foi aprovada por unanimidade pelo plenário. A Secretaria Executiva providenciará a elaboração e o envio do formulário/documento de adesão no grupo dos conselheiros, viabilizando a consolidação da nova composição a tempo da realização das reuniões no dia 29 de outubro. **9. Ciência sobre a resolução Conselho Nacional de Assistência Social:** Presidente Sergio (IBASER) informou a inclusão de pauta provocada pela conselheira Stheffanne (MPPR) e alinhada às discussões com a conselheira Maria Beatriz (experiência correlata em São Paulo), referente ao conhecimento e desdobramentos da Resolução nº 235, de 14 de maio de 2026, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Explicou que a normativa prevê o repasse de recursos financeiros aos municípios para a construção de espaços de acolhimento destinados a pessoas em situação de vulnerabilidade social e/ou em situação de rua. Apresentou a proposta de envio de ofício circular direcionado às Secretarias de Estado envolvidas e aos municípios paranaenses com maior concentração de migrantes e refugiados. O documento visará ressaltar a relevância estratégica de destinar ou adaptar esses novos espaços de abrigamento para o atendimento preferencial a migrantes internacionais e famílias em situação de vulnerabilidade. Destacou que a iniciativa deve ser conduzida de forma conjunta pelo CERMA/PR em parceria direta com a Superintendência responsável pela pauta migratória no Estado. Franqueou a palavra à conselheira Stheffanne (MPPR) para detalhar e complementar a proposição perante o plenário. Stheffanne (MPPR) exemplificou os desafios a partir da experiência do município de Curitiba (FAS), destacando que a utilização do termo amplo "migração" faz com que equipamentos (como a Unidade de Acolhimento Institutional - UAI) acabem absorvendo majoritariamente a migração interna de brasileiras, desassistindo a população de migrantes internacionais. Apontou como gargalo grave a separação de núcleos familiares em abrigos divididos estritamente por gênero. Essa prática leva muitos migrantes internacionais a recusarem o acolhimento por barreiras linguísticas, culturais e de dependência mútua, fragilizando a efetividade da política pública. Destacou que a nova normativa supre a alegada falta de recursos orçamentários dos municípios, assegurando repasses

federais e estaduais diretamente voltados à estruturação de espaços físicos de acolhimento institucional. Propôs as seguintes diretrizes para a Ação do CERMA/PR: Foco na Família (Unidades Multifamiliares): Recomendar expressamente que as novas unidades sejam projetadas para acolher o núcleo familiar de forma integrada (evitando a separação de pais, mães e filhos); Recorte da Migração Internacional: Garantir que as diretrizes municipais contemplem especificidades socioculturais e linguísticas dos migrantes e refugiados internacionais; Indução e Monitoramento nos Municípios: Assegurar a participação ativa do CERMA/PR, da Superintendência/Diretoria da pauta migratória e de organismos parceiros (como a OIM) na orientação e fiscalização da implantação dessas políticas nos municípios paranaenses. Presidente Sergio (IBASER) agradeceu as explicações técnicas e a contribuição da conselheira Stheffanne, ratificando a relevância crítica da pauta de abrigamento para a sociedade civil. Salientou que a falta de equipamentos de acolhimento adequados é uma constante vivenciada na prática diária de atendimentos, inclusive pela Agência do Trabalhador / Posto Avançado de Atendimento ao Migrante, evidenciando a urgência de fortalecer essa infraestrutura nos municípios. Conselheiro Sales (CEAMIG) destacou que a Semana do Migrante deste ano abordou centralmente a dimensão da moradia, registrando a tentativa prévia de articulação junto à Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB) e celebrando a inclusão formal do tema na pauta do CERMA/PR. Reforçou a relevância de manter a unidade familiar nos abrigos para evitar a vulnerabilização de crianças e adolescentes a graves riscos, tais como o tráfico de pessoas, abusos e exploração. Ressaltou a lacuna na rede local, esclarecendo que as instituições da sociedade civil atuam prioritariamente como centros de apoio e passagem, carecendo de infraestrutura física e vagas para o abrigamento de longa duração. Diante do fato de o Estado do Paraná figurar como o terceiro maior receptor de migrantes do país, sugeriu ao CERMA/PR a organização de um Seminário Estadual sobre Acolhimento e Moradia, reunindo representantes dos municípios paranaenses para articular e alinhar a implementação dessa política pública. Conselheiro Gilberto (CEIM) manifestou apoio entusiástico à proposta do Conselheiro Sales sobre a realização de um debate/seminário estadual, classificando a moradia como uma das quatro prioridades fundamentais na pauta migratória atual. Apresentou uma divisão

conceitual para o enfrentamento da temática habitação em três níveis de intervenção: Habitação Emergencial: Centros de acolhimento e abrigamento imediato; Habitação de Transição: Estruturas intermediárias para autonomização das famílias; Habitação Definitiva: Programas habitacionais de longo prazo (articulação com SECID, COHAPAR e COHAB). Mapeamento das Regiões de Maior Demanda: Destacou como polos prioritários para soluções de habitação emergencial e de transição os municípios de Curitiba, Maringá, Londrina, Foz do Iguaçu e Cascavel. Curitiba: Tratativas avançadas para a celebração de um Termo de Cooperação Técnica focado na temática habitacional da capital. Londrina: Negociação para aproveitamento de um terreno público de grande porte, doado para a construção de um equipamento público regional de atendimento e/ou acolhimento. Stheffanne (MPPR) destacou que, devido à ausência de estruturas oficiais, os municípios frequentemente transferem para as Organizações da Sociedade Civil (como Cáritas e instituições religiosas) obrigações que são dever do Estado, sobrecarregando o terceiro setor. Defendeu que o atendimento ao migrante internacional deve possuir desenho próprio dentro da assistência social, considerando barreiras linguísticas, culturais e legais que diferem da vulnerabilidade vivenciada pela migração interna brasileira. Estratégia Tripla de Atuação do CERMA/PR: Envio de Ofício Circular aos Municípios: Notificar as gestões municipais com base nos dados do SisMigra e OBMigra, alertando para a disponibilidade de recursos federais/estaduais (Resolução CNAS nº 235/2026) e exigindo o recorte de migração internacional e de acolhimento familiar nos projetos de abrigamento; Capacitação dos Servidores Municipais: Promover a formação contínua das equipes de saúde e assistência social dos municípios para qualificar o atendimento prestado à população migrante; Ancoragem na Política Nacional de Migração, Asilo e Refúgio (PNMAR): Utilizar as diretrizes da PNMAR como arcabouço normativo para fundamentar a cobrança e a responsabilização dos órgãos municipais e estaduais na garantia dos direitos socioassistenciais. Colocou a estrutura do Ministério Público à disposição para atuar conjuntamente no assessoramento técnico e na cobrança do cumprimento das metas. Presidente Sergio (IBASER) confirmou o consenso quanto ao envio do ofício circular às secretarias estaduais e prefeituras municipais informando sobre os recursos da Resolução CNAS nº 235/2026 e a necessidade de inclusão da pauta migratória. Para garantir o desdobramento e a continuidade das

ações, propôs formalmente a criação de uma subcomissão/grupo de trabalho dedicado à temática de acolhimento e moradia, composto por: Conselheiro Sales (Sociedade Civil); Conselheiro Gilberto (Superintendência / Governo Estadual); Conselheira Stheffanne (Ministério Público). Atribuições da Subcomissão: Desenvolver e apresentar ao plenário propostas concretas para o avanço da pauta no Estado, incluindo a estruturação e organização do Seminário Estadual sobre Acolhimento, Moradia e Migração, além de articular diretrizes técnicas de habitação com os municípios. Solicitou a manifestação e anuência dos três conselheiros indicados antes de submeter a criação do grupo à votação final do plenário. Os conselheiros Sales, Gilberto e Stheffanne aceitaram formalmente integrar a Subcomissão / Grupo de Trabalho de Acolhimento e Moradia do CERMA/PR. Stheffanne (MPPR) propôs expandir o conceito do Seminário Estadual para um formato temático mais abrangente. Sugeriu que o evento não se limite à pauta de moradia, mas funcione como um programa de capacitação e qualificação continuada para os servidores públicos municipais e estaduais, transversalizando o olhar migratório pelas diversas políticas públicas (assistência social, saúde, habitação, trabalho e direitos humanos). Conselheira Christiane (Feminny) respaldou a proposta de capacitar os servidores que atuam na ponta do atendimento aos migrantes, citando ocorrência recente que evidenciou falhas na preparação das equipes e prejuízos à eficiência do serviço prestado. Defendeu que a qualificação deve ser uma exigência recíproca entre poder público e sociedade civil, frisando que as entidades buscam aperfeiçoamento constante e esperam a mesma postura dos órgãos governamentais. Endossou integralmente as colocações do conselheiro Sales, ressaltando que o avanço na pauta de moradia é uma demanda histórica que deve ser conduzida com planejamento, responsabilidade e atuação conjunta do CERMA/PR. Presidente Sergio (IBASER) informou que, conforme orientação da Secretaria Executiva, as propostas de eventos para o exercício seguinte (seminário e capacitações) precisam ser orçadas com antecedência. Solicitou que a subcomissão defina uma estimativa de datas e formato até o final de setembro/início de outubro para fins de previsão no planejamento orçamentário do Conselho. Submeteu a plenário o envio de ofício circular direcionado às secretarias estaduais e municipais de assistência social (com foco nos municípios de maior fluxo migratório), ressaltando a importância de utilizar os recursos da Resolução CNAS nº

235/2026 para a criação de espaços de abrigamento destinados a migrantes internacionais e famílias. A proposta foi aprovada por unanimidade. Submeteu a votação a criação formal da Subcomissão de Acolhimento e Abrigamento de Migrantes e Refugiados, integrada pelos conselheiros Sales, Gilberto e Stheffanne (aberta à adesão de demais conselheiros interessados). A criação da subcomissão foi aprovada por unanimidade. **10. Encerramento:** Presidente Sergio (IBASER) registrou o esgotamento dos pontos da pauta e deu por encerrada a reunião antes das 16h, agradecendo a presença e a dedicação de todos os conselheiros. Registrou pedido de desculpas pelas limitações de tempo quanto à apresentação do representante da ACNUR (Caio), alinhando que em reunião futura será oportunizado um momento adequado e ampliado para as exposições da ACNUR. Desejou bom retorno aos participantes e declarou formalmente encerrada a sessão ordinária. A presente ata foi lavrada por Bianca Camargo e revisada por Aline Romanel.